



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

EDUARDO MARIANO CHAGAS BARBOSA

**A INSTRUMENTALIDADE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE
SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO
OBRIGATÓRIO NA ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES**

**CAMPINA GRANDE
2022**

EDUARDO MARIANO CHAGAS BARBOSA

**A INSTRUMENTALIDADE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE
SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO
OBRIGATÓRIO NA ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Liana Amaro Augusto de Carvalho

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238i Barbosa, Eduardo Mariano Chagas.

A instrumentalidade do exercício profissional do Assistente Social na educação [manuscrito] : um relato de experiência do estágio obrigatório na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves / Eduardo Mariano Chagas Barbosa. - 2022.

54 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Liana Amaro Augusto de Carvalho , Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Política educacional. 2. Exercício profissional. 3. Instrumentalidade. 4. Relato de experiência. 5. Assistente social. I. Título

21. ed. CDD 362

EDUARDO MARIANO CHAGAS BARBOSA

A INSTRUMENTALIDADE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de bacharelado em Serviço Social.

Aprovada em: 25 / 11 /2022.

BANCA EXAMINADORA

Liana Amaro Augusto de Carvalho
Prof.^a Dr.^a Liana Amaro Augusto de Carvalho - Orientadora
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria Noalda Ramalho
Prof.^a Dr.^a Maria Noalda Ramalho - Supervisora de Campo
Assistente Social da Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves

Patrícia Crispim Moreira
Prof.^a Ma. Patrícia Crispim Moreira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Encerra-se mais um ciclo de aprendizado, é o momento de reconhecer a importância da educação pública gratuita e de qualidade na transformação e emancipação humana. Posso afirmar que o Serviço Social trouxe uma maturação pessoal, acadêmica e uma leitura crítica da realidade, uma característica singular do Serviço Social.

Como aluno tive a oportunidade de ser representante da minha turma e participar do Centro Acadêmico de Serviço Social Oito de Março - CASS da UEPB na gestão 2018-2019, participamos de várias manifestações estudantis e atividades propostas pelo CASS.

Gostaria de agradecer a todos os professores e ex-professores que contribuíram para o meu aprendizado durante a minha jornada na Universidade Estadual da Paraíba: Maria Noalda, Bárbara da Rocha, João Pedro, Aliceane de Almeida, Jordeana Davi e Lucas Bezerra.

Durante os dois últimos anos da graduação fomos impactados pelo contexto de pandemia COVID-19, o que provocou mudanças drásticas no formato de ensino e tivemos que nos adaptar para o ensino remoto. Destaco alguns professores importantes durante o período pandêmico: Alessandra Ximenes, Moema Amélia, Thereza Karla, Thaisa Simplício, Auri Donato, Anderson Nayan, Alcione Ferreira e Paloma Ráylla.

A minha orientadora, Dr^a Liana Carvalho pelo acompanhamento das atividades, disponibilidade, paciência, pelos incentivos e pelas correções e sugestões.

A supervisora de campo e assistente social da escola Maria Noalda que me acolheu no estágio, sempre muito prestativa, comprometida com a profissão e que considero um exemplo de assistente social.

Ao meu namorado Ithalo Iankel por estar comigo durante toda essa caminhada e fazer a diferença em muitos momentos difíceis da minha vida.

A professora Thaisa Simplício que gentilmente disponibilizou alguns livros essenciais que contribuíram para a produção desse trabalho.

A professora Patrícia Crispim que, na época de sua gestão na coordenação do curso, sempre foi muito atenciosa e preocupada com as demandas dos alunos.

A minha amiga de infância Glauce Suassuna que iniciou o curso de Serviço Social depois de uma conversa que tivemos no bloco de psicologia da Universidade Federal de Campina Grande, na época em que estávamos em terapia para lidar com os desafios da vida. Fizemos o estágio obrigatório na mesma escola e foi uma experiência incrível, conhecemos pessoas maravilhosas, fomos muito bem acolhidos pelos servidores da escola.

E para não esquecer dos meus companheiros e companheiras de turma: Lidiane Freitas, Ranniely Andrade, Jacinta Barbosa, Ana Cláudia, Marcelo, Mikaelle Matias, Evellin Barbosa e Thaianne Silva, pessoas com quem tive a oportunidade compartilhar toda essa jornada durante esses anos e que até hoje mantemos laços de amizade.

RESUMO

A educação tem um papel fundamental na formação dos sujeitos em sociedade. Com base nesse entendimento, entende-se que a escola é o espaço institucional de construção de saberes e vivências. Pensando na dimensão formativa crítica e intelectual que esse espaço dispõe, a instrumentalidade do serviço social e a dimensão técnico-operativa se apresentam como ferramenta capaz de orientar as ações do profissional para atender às demandas institucionais. Nesse contexto, surgiu o interesse para a elaboração do presente trabalho que é produto de uma experiência no campo do estágio obrigatório em Serviço Social na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves no município de Campina Grande – PB. O objetivo desse trabalho propõe-se demonstrar o exercício profissional como também a importância do estágio obrigatório para a formação profissional a partir do projeto de intervenção: “O ECA na escola: uma contribuição para a construção dos sujeitos de direito” que foi criado e desenvolvido durante o período do estágio. Para este trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e de campo (quantitativa e qualitativa) utilizando o método materialista histórico dialético por Karl Marx (1978) e sob as concepções teóricas de Yolanda Guerra (2012), Marilda Villela Iamamoto (2018), Adriana Ramos (2018) entre outros. A experiência de estágio permitiu observar e refletir sobre a importância do assistente social no espaço escolar. Na rotina da profissão, conferiu-se que as dimensões teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa foram essenciais no exercício do profissional no trabalho com mediação de políticas públicas. Assim, diante dos desafios socioespaciais e profissionais, as ações realizadas pelo assistente social são formas de assegurar direitos individuais e coletivo em direção à uma sociedade mais justa, participativa e igualitária.

Palavras-Chave: Política educacional. Exercício profissional. Instrumentalidade. Relato de experiência.

ABSTRACT

Education has a fundamental role in the formation of subjects in society. Based on this understanding, it is understood that the school is the institutional space for building knowledge and experiences. Thinking about the critical and intellectual formative dimension that this space exists, the instrumentality of the social service and the technical-operative dimension are presented as a tool capable of guiding the professional's actions to meet institutional demands. In this context, the interest for the elaboration of the present work arose, which is the product of an experience in the field of the mandatory internship in Social Work at the Municipal School Gustavo Adolfo Cândido Alves in the municipality of Campina Grande - PB. The objective of this work is to demonstrate the professional practice as well as the importance of the mandatory internship for professional training based on the intervention project: "The ECA at school: a contribution to the construction of subjects of law" which was created and developed during the internship period. For this work, bibliographic and field research (quantitative and qualitative) was used using the dialectical historical materialist method by Karl Marx (1978) and under the theoretical conceptions of Yolanda Guerra (2012), Marilda Villela Iamamoto (2018), Adriana Ramos (2018) among others. The experience of a stable internship to observe and reflect on the importance of the social worker in the school environment. In the profession's routine, it was verified that the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative dimensions were essential in the professional's work with mediation of public policies. Thus, in the face of socio-spatial and professional challenges, the actions carried out by the social worker are ways of ensuring individual and collective rights towards a more just, participatory and egalitarian society.

Keywords: Educational policy. Professional exercise. Instrumentality. Experience report.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL	10
3	O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: instrumentalidade e ênfase na dimensão técnico-operativa	23
4	RELATO DE EXPERIÊNCIA: O ESTÁGIO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO	33
4.1	O serviço social na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves	36
4.2	O projeto de intervenção na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves	38
5	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS	43
	ANEXO – FOTOS DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	47

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, de caráter crítico, interventivo e propositivo. A partir da teoria social de Marx, o assistente social com exercício na política de educação compreende inicialmente a sociedade burguesa e suas contradições, para logo em seguida realizar as mediações nos espaços educacionais e as relações de forças existentes na escola.

A educação cumpre um papel indispensável na formação do indivíduo. No espaço escolar, é possível construir saberes, desenvolver um conjunto de habilidades e competências, os quais são constituídos de ações individuais e coletivas com autonomia baseado em princípios éticos e democráticos, no intuito de fomentar uma consciência de sua participação na sociedade.

Assim, ao compreender a realidade e suas vivências sociais, os alunos internalizam ideias sobre o cumprimento de deveres, o direito a ter direitos, o direito para si e para sua comunidade, a participação ativa na sociedade, entre outros, e, principalmente, analisar as condições materiais e reais que possibilitem a atuação política desses sujeitos frente ao modelo social e econômico vigente.

O interesse pelo tema na área da educação surgiu durante as discussões teóricas no curso de graduação do Serviço Social, bem como na participação de eventos extracurriculares em torno da temática. Assim, com o despertar do interesse, é fundamental pensar a educação como uma oportunidade para a intervenção profissional ancorado no debate e na participação coletiva, propondo iniciativas didáticas e práticas pedagógicas que fomentam o diálogo e a reflexão.

Esse trabalho se dá a partir do acompanhamento da rotina profissional através do estágio curricular, da leitura do plano de ação do Serviço Social da Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves e do relato de experiência do projeto de intervenção, local onde foi realizado o estágio obrigatório. Foi durante o estágio e dialogando com a assistente social da escola que surgiu a necessidade da criação de um projeto de intervenção permanente, uma vez que apenas existiam ações pontuais em anos anteriores. Com isso, o projeto foi criado para possibilitar um vínculo entre o aluno, a escola, a família e a sociedade.

A partir do acompanhamento da rotina de trabalho do assistente social foi possível desenvolver um projeto permanente de intervenção relacionado ao Estatuto

da Criança e do Adolescente. Para tal atividade foi indispensável compreender a importância da utilização da instrumentalidade do serviço social e a sua dimensão técnico-operativa que faz com que a profissão atinja os objetivos almejados. Com ações articuladas o assistente social pode analisar, investigar e intervir na realidade apresentada, buscando alternativas para a efetivação de ações efetivas no âmbito escolar.

O trabalho se mostra pertinente já que poderá incentivar outros profissionais do Serviço Social na compreensão e reflexão dos instrumentos e técnicas que a profissão utiliza para o “fazer profissional”.

Para estruturar este trabalho, foram desenvolvidos os seguintes tópicos: a introdução do conteúdo, o primeiro tópico apresentamos a política educacional no Brasil, no segundo desenvolveremos sobre o exercício profissional do assistente social com foco na instrumentalidade e na importância da dimensão técnico-operativa, no terceiro momento o relato de experiência a partir do estágio curricular na educação, a relação do serviço social na educação e o projeto de intervenção que foi desenvolvido e que foi incluído no plano de ação do Serviço Social da Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves.

2 A POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

A história da educação no Brasil tem como ponto de partida os anos de 1500 com a chegada dos jesuítas e a implantação da educação religiosa. Através dos padres da igreja católica, o cristianismo foi disseminado durante mais de 200 anos, o que fez da catequese um dos primeiros modelos de orientação pedagógica no país. Fundamentada no princípio da evangelização, a pedagogia na época, serviu de instrumento para a aculturação¹ de povos indígenas, o que resultou na perda de seus valores culturais.

Esse contexto de exploração de terras corresponde a um projeto maior que se caracteriza na construção de um processo civilizatório, isto é, adaptar os novos espaços ocupados para a recente evolução social, no qual o progresso técnico e industrial era o vetor da modernidade e marco do período da colonização.

Para acentuar a função produtiva, os colonizadores precisavam mais do que explorar os bens das terras, além disso internalizar no imaginário dos povos naturais e africanos um conjunto de valores e hábitos orientados ao sistema econômico global, num certo jogo inconsciente, que necessariamente favorecessem ao colonizador. Portanto, a alternativa para materializar essas intenções era ministrar uma educação por meio dos jesuítas, para reproduzir estruturas do sistema colonial.

Essa foi a base que estruturou o processo educacional brasileiro. A educação é o momento institucional que marca o processo de aculturação dos povos originários. De acordo com Bosi (1992), os jesuítas em suas “missões” pelo Brasil, adaptaram a linguagem *tupi* para se aproximar melhor dos povos destinatários. O discurso eclesiástico, enfeitado de elementos linguísticos e simbólicos de origem nativa, buscava instaurar uma nova percepção sobre a realidade. Padre Antônio Vieira, propulsor das missões, refez a cara da tradição dos povos, converteu o código linguístico e instaurou uma nova cultura capaz de dissolver as tensões internas.

Épocas posteriores, foram criadas escolas primárias, porém a prioridade dos jesuítas se concentrava na escola secundária. O projeto jesuítico para a época estava atrelado ao momento histórico e à estrutura social brasileira, uma vez que a

¹ Nas palavras do professor Alfredo Bosi (1992), o termo “aculturação” se deve à ação de sujeitar um povo ou adaptá-lo tecnologicamente a um certo padrão tido como superior, uma vez que a colonização não se reduz a uma corrente migratória, mas a um projeto totalizante de ocupação de terras e expansionismo econômico.

criação de um “plano educacional” atendia tanto aos povos nativos quanto aos filhos das famílias da elite colonial. Os objetivos eram distintos: por um lado, os jesuítas tentavam pacificar os indígenas, por outro preparavam a elite intelectual a ler, escrever e a contar. No entanto, o sistema educacional correspondia ao modelo socioeconômico vigente; a educação se caracterizava por ser reprodutivista e voltada para a perpetuação da ordem estatal e colonial. Segundo Azevedo:

A atuação jesuítica na colônia brasileira pode ser dividida em duas fases distintas: a primeira fase, considerando-se o primeiro século de atuação dos padres jesuítas, foi a de adaptação e construção de seu trabalho de catequese e conversão do índio aos costumes dos brancos; já a segunda fase, o segundo século de atuação dos jesuítas, foi de grande desenvolvimento e extensão do sistema educacional implantado no primeiro período (AZEVEDO, 1976, p. 123).

Os jesuítas foram os responsáveis pela criação das primeiras instituições de ensino no Brasil colônia, criaram uma rede de colégios e seminários dos jesuítas, porém o acesso ao conhecimento estava centralizado nos princípios da igreja católica, nos valores espirituais e morais da cultura ocidental, esse processo demarca a história do sistema de ensino brasileiro vinculado à igreja católica.

Para Freitag (2005), a história da educação se deu em três momentos no Brasil: o agroexportador, o de substituição de importações e o de internacionalização do mercado interno, sendo dividido da seguinte forma:

- a) 1º período, compreendendo o período de 1500 a 1930, (economia agro exportadora);
- b) 2º período – de 1930 a 1960 (período de substituição de importações);
- c) 3º período – de 1960 em diante (processo de internalização do mercado interno);

No primeiro período da política educacional, a atuação dos padres jesuítas ocorria de certa forma articulada, criando vínculos e disseminando os valores do catolicismo e da sociedade mercantilista, assim a educação estava restrita aos valores religiosos e a serviço das organizações produtivas a partir de um modelo agroexportador implantado pela colônia.

Esse modelo, de acordo com Freitag (2005), se baseava em um único produto de exportação (açúcar, ouro, café e borracha) o que provocava uma vulnerabilidade tendo em vista a concentração de renda em uma única atividade poderia sofrer impactos diante de fatores externos da economia dos mercados

hegemônicos. Nesse momento, inexistia uma política educacional estatal e isso provocava uma limitação no desenvolvimento econômico já que não havia mão de obra qualificada que contribuísse para o desenvolvimento das atividades econômicas, o sistema educacional estava a serviço da elite.

Durante o Brasil-Colônia o sistema de educação tinha como objetivo manter o poder da coroa portuguesa a partir da estrutura social baseada na exploração dos escravos, nos latifúndios e donos de engenho, os administradores portugueses que representavam a Coroa na Colônia e o Clero de maioria jesuíta. As escolas dos jesuítas, incluindo os colégios e seminários criados na Colônia, reproduziam as relações de dominação e de reprodução da classe dominante, portanto, a escola tinha um papel de disseminar o cristianismo, manter o poder da Igreja Católica e pacificar as classes subalternas tendo em vista as relações de produção que necessitavam ser implementadas.

As contradições na sociedade começaram a se apresentar, ocorrendo uma ruptura gradativa na forma de pensamento antes atrelada a um viés religioso e que foi sendo modificado já que os jesuítas e os Pombalinos não tinham interesses em comum. Como Freitag destaca,

Apesar da expulsão transitória dos jesuítas do Brasil no fim do século XVIII, a Igreja preservou sua força na sociedade civil ainda nas fases do Império e da Primeira República. É ela que, basicamente, continuava a controlar as instituições de ensino, encarregando-se ainda por muito tempo da função de reprodução da ideologia (FREITAG, 2005, p. 84).

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil, em 1759, várias reformas foram realizadas por Marquês de Pombal, ministro de D. José I. O Estado começa a modificar os rumos da educação alterando o modelo de escola voltado para a fé religiosa e substituindo para os interesses do Estado.

Constata-se que tanto no Império como na primeira República poucas alterações ocorreram, permanecendo o modelo de economia agroexportador, do açúcar para a cultura do café. Nesse contexto de transição, o trabalho escravo começa a ser alterado por imigrantes, culminando no regime de trabalho livre através da Lei Áurea², mantendo a estrutura dominante intacta. Afirma Freitag (2005) que “não há necessidade de qualificação da força de trabalho imigrante pela

² A Lei Áurea sancionada em 13 de maio de 1888, extinguindo a escravidão no Brasil.

escola brasileira, pois ela já vem qualificada para o tipo de tarefas que a esperam“. Com a população se expandindo, as atividades econômicas foram sendo diversificadas para atender às demandas do mercado e o crescimento da vida urbana sendo necessário um projeto de educação que começa a surgir com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808.

Com a vinda da família real ao Brasil e a independência política do país em 1822, ocorre uma reorganização administrativa, sendo necessário quadros técnicos e administrativos para atender às demandas e as inovações postas. Há o surgimento de escolas militares de nível superior e instituições de ensino não-confessionais com formação aristocrática e elitista que ainda reproduziam relações de dominação.

A criação de cursos superiores com o objetivo de auxiliar as respostas imediatas do Estado constitui o marco nas mudanças na educação. A priorização do ensino superior em detrimento da educação primária e secundária segue uma característica da educação aristocrática da colônia com o ensino primário às escolas restrito de ler e escrever e o ensino secundário composto de cadeiras isoladas.

Conforme Freitag (2005), com o início da República, os primeiros traços embrionários da política educacional estatal são apresentados com o fortalecimento do Estado. Para organizar o Estado, foi realizada a Assembleia Constituinte de 1823, que foi considerada um marco do início do Poder Legislativo, pois buscava garantir escolas primárias e universidades em espaços adequados em todo o país, discutindo a educação popular, como também um ordenamento jurídico. Ocorre que essa Assembleia foi dissolvida pelo imperador Dom Pedro I que não concordava em ter seus poderes limitados e por isso ele estabeleceu um Conselho de Estado para a criação de uma nova Constituição que foi outorgada em 1824 fazendo referência a educação apenas no artigo 179, inciso XXXII, que estabelecia a instrução primária gratuita a todos os cidadãos.

Três anos após a Constituição de 1824, a lei de 15 de outubro de 1827 determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, porém até 1946 essa lei não passou por nenhuma modificação, não havia avaliação sobre os problemas educacionais que surgiam, sendo a única legislação geral para o ensino elementar.

Logo em seguida, o Ato Adicional de 1834 culminou em várias mudanças, descentralizando as ações do estado sobre instrução pública e que refletiu as diretrizes da Constituição de 1824.

Em 1825, foi criado o Ateneu do Rio Grande do Norte. Em 1836, o Liceu da Bahia e da Paraíba e, em 1837, o Colégio Pedro II, na corte (Pinto, 1986, p. 59).

Piana (2009), destaca que a instrução secundária se limitou à ampliação das aulas avulsas e particulares de Latim, Retórica, Filosofia, Geometria, Francês e Comércio, mas ainda sem a fiscalização do Estado.

Um marco educacional ocorreu em 1837 com o antigo Seminário de São Joaquim que foi convertido no Colégio Pedro II através do decreto de 2 de dezembro de 1837. O objetivo era buscar uma maneira de organizar o ensino secundário, servindo de modelo para as demais escolas e dando autonomia às províncias para a criação de instituições de ensino, descentralizando a educação primária e secundária. Conforme Pinto (1986), entre 1889 a 1930, novas escolas superiores foram criadas e novas escolas primárias e secundárias também foram construídas.

Em 1889, com a Primeira República e a abolição legal do trabalho escravo, escolas técnicas são criadas para atender a economia agroexportadora e o ensino técnico-industrial foi se consolidando. No ano seguinte, com o decreto nº 119-A de 7 de janeiro de 1890, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, efetiva a separação do Estado com a igreja, adotando a laicidade do Estado.

No segundo momento, da história da educação, que compreende o período de 1930 a 1960, Freitag (2005) destaca o fortalecimento das instituições da sociedade política a partir dos aparelhos jurídicos e repressivo do Estado como mediação do processo econômico. Mesmo na República, os interesses da elite prevaleciam aos interesses das classes subalternas e, em volta da crise de 1929, muitos debates sobre a educação foram ampliados na tentativa de democratizar a educação.

A partir da Primeira República várias reformas foram realizadas pelo Estado através de decreto do Poder Executivo com o intuito de estabelecer legislações sobre o ensino secundário. Nesse sentido, os estabelecimentos privados e os mantidos pelo governo buscaram se adequar às determinações previstas para o ingresso no ensino superior.

As reformas realizadas no ensino secundário tinham o objetivo de regulamentar o ensino, como também organizar de forma seriada através de uma

matriz curricular obrigatória para o cumprimento da carga horária e ingresso no ensino superior sem a prestação de provas. Segundo Nagle (1976 *apud* ZOTTI, 2004, p. 79), as reformas na educação se apresentavam com o objetivo de formar “uma elite de letrados” que representava os interesses da classe dominante.

Com a crise de 1929, também chamada de Grande Depressão, entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial, ocorre uma mudança no modelo de substituição das importações. O Brasil que exportava café encontra dificuldades para evacuar a sua superprodução, o que provocou uma baixa nos preços no mercado internacional desencadeando um agravamento no orçamento público, pois o capital investido foi deslocado para outros setores produtivos possibilitando uma intensificação da atividade econômica interna.

Para combater o cenário de crise capitalista, o governo de Getúlio Vargas impôs restrição das importações dos bens de consumo, o que contribuiu com a produção industrial e resultou no fortalecimento de um capitalismo urbano-industrial. Essa substituição das importações, desencadeou um processo de diversificação da produção tendo como resultado uma nova burguesia urbano-industrial emergente.

Nesse momento histórico, por volta de 1930, mudanças relevantes ocorreram na educação. De acordo com Pinto (1986, p. 62), “teve início um período em que se desenhou uma certa democratização no ensino em virtude de alguns fatores”, a autora destaca a discussão em torno da “escola ativa” de Dewey, com renomados nomes da educação brasileira e que participaram do governo: a realização das Conferências Nacionais de Educação, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, como uma nova proposta para o sistema educacional brasileiro, a Reforma Francisco Campos, que integrou a escola primária, secundária e o ensino superior e o Estatuto da universidade brasileira, a Constituinte de 1937 e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Também é nesse período que um ato do governo Getúlio Vargas criou o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, através do Decreto nº 19.402/30, que possuía atribuições para além da educação. Conforme o artigo 2º do decreto, todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar serão despachados por esse ministério. Foi considerado por Pinto (1986, p.62), como “a medida educacional mais importante”.

Com a Revolução de 1930, o país atravessa por mudanças no campo econômico modificando a economia agroexportadora para um modelo econômico

industrial e modelo educacional. Nesse contexto de industrialização, o país necessitava de mão-de-obra qualificada e a educação de uma maior quantidade de pessoas devido à complexificação dos maquinários, com isso manteve os privilégios e os interesses da classe que detinha o poder econômico.

Foi criado o Conselho Nacional de Educação (CNE), também conhecido como Tribunal da Educação, com a função de organizar o sistema de ensino brasileiro, sendo um órgão consultivo, opinativo sobre assuntos técnicos e didáticos, sugerindo leis como também acompanhando a sua efetivação.

Em 1931, ainda na Era Vargas, o Estatuto das Universidades Brasileiras foi aprovado através do decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 constituindo um marco na educação superior. Foi instituída a Universidade do Rio de Janeiro (decreto nº 14.343 de 7 de setembro de 1920), já em 1927, foi fundada a Universidade de Minas Gerais, em 1934 o Estado de São Paulo cria sua primeira universidade (Decreto nº 6.283 de 25 de janeiro de 1934) e em 1935 é criada a Universidade do Distrito Federal (UDF).

Com a nova Constituição de 1934 (art. 150, a) ficou estabelecido como competência da União, o Plano Nacional da Educação de forma coordenada e com supervisão das atividades de ensino durante a execução. Foram regulamentadas a porcentagem em quotas fixas que seria aplicada para o financiamento entre os entes federativos (art. 156, parágrafo único), como também ficou estabelecido no art. 150, a, a obrigatoriedade do ensino primário de forma gratuito e art. 150, b, a facultatividade do ensino religioso.

Com a Constituição de 1937, o art. 129 estabeleceu a incorporação do ensino profissionalizante para as classes “menos favorecidas”, dispondo também como atribuição das indústrias e sindicatos criar escolas de aprendizagem para a especialização dos seus filhos, operários ou associados. Neste sentido, em 1942 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o intuito de proporcionar uma qualificação e uma formação diversificada para o trabalho.

De acordo com Zotti (2004), entre 1930 a 1964 ocorreram três reformas que modificam a organização curricular do ensino secundário e o currículo: a Reforma Francisco Campos, a Reforma Capanema e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61).

A Reforma Francisco Campos foi considerada a primeira grande reforma do governo federal e teve como elemento fundamental a integração do ensino superior,

do ensino secundário e o ensino primário através de um conjunto de decretos que tinham o objetivo a integração do ensino, como também a criação do estatuto da universidade brasileira que contribuiu para a criação das primeiras universidades brasileiras.

A reforma do ensino secundário ocorreu com o decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931 com o objetivo de integrar os dois ciclos existentes: o fundamental e o complementar. Conforme o art. 3 deste decreto, o ciclo fundamental tinha duração de cinco anos e o art. 33 estabeleceu a frequência obrigatória de pelo menos três quartos das aulas. Durante o curso do ano, o aluno deveria realizar quatro provas escritas parciais (art. 36) em cada disciplina e os exames finais. Os alunos que não atingissem a média, o documento previa a realização de uma segunda época de exames finais (art. 40). Já o ciclo complementar estabelecia o tempo de dois anos e foi dividido em três áreas: área de humanas (estudos jurídicos), área biológica (medicina, farmácia e odontologia) e área técnica (engenharia e arquitetura).

Em 1931, com o decreto nº 19.941, foi incluído o ensino religioso para todas as escolas públicas do país com o objetivo de atender a um desejo da igreja católica. Outra reforma que impactou o currículo, está ligado a tomadas de decisões uniformes e centralizadas desconsiderando as particularidades regionais do Brasil. De acordo com Zotti (2004) nesse período há uma necessidade para uma formação técnica de nível médio.

A Reforma Capanema ou Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942) foi considerada a segunda reforma relacionados ao ensino técnico-profissional e o ensino secundário propedêutico com o ensino secundário voltado para as elites e o ensino profissionalizante para as classes subalternas. Através do decreto nº 4.244 de 9 de abril de 1942, o ensino secundário seria ministrado em dois ciclos: o ginásio (ciclo fundamental) com duração de quatro anos e o colegial (ciclo complementar) com duração de três anos. Em vários artigos desse decreto estabelece a educação moral e cívica (art. 22, 24 e 32), como também há a reafirmação do ensino de religião com programa fixados pela autoridade eclesiástica.

A terceira reforma foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61), que está relacionada com a reforma do ensino primário e o currículo. Zotti (2004) destaca duas reformas entre 1930 a 1964: a reforma Capanema, através da Lei Orgânica do Ensino Primário, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Lei Orgânica do Ensino Primário foi regulamentada pelo decreto nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946 e tinha o intuito de estabelecer as diretrizes gerais do ensino primário; foi instituído o ensino primário gratuito (art. 39) e obrigatório (art. 41) e o incentivo à cultura e aos conhecimentos da vida (art. 1) e a iniciação ao trabalho (art. 1, c).

O terceiro momento da política educacional compreende o período a partir de 1960. Conforme Freitag (2005, p. 96), de 1945 até o início de 1960 há uma “aceleração e diversificação do processo de substituição de importações”, momento em que surge o capital estrangeiro. A necessidade de acumulação de capital se torna evidente e as massas têm a sensação de exclusão social, o modelo liberal de democracia limitava a participação das classes médias provocando tensões e polarização entre o Estado, as classes médias e a burguesia nacional. De acordo com Freitag:

a política educacional que caracteriza esse período reflete muito bem a ambivalência dos grupos no poder. Essa política se reduz praticamente a luta em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Campanha da Escola Pública³ (FREITAG, 2005, p. 98).

O currículo, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (lei nº 4.024/61), ocorre em consonância com a Constituição de 1946 que seu art. 5º XV, d, estabelecia como competência da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Nesse momento, o Estado busca regulamentar a educação em todos os níveis já que em momentos anteriores as reformas ocorriam de maneira específica em cada nível da educação.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi o resultado de muitos debates, o primeiro projeto foi apresentado à Câmara em 1958 e culminou na sua aprovação no dia 20 de dezembro de 1961. Zotti (2004, p. 117) destaca na nota de rodapé que foram “13 anos de debate e disputas” e que a compreensão desses embates perpassa a leitura das obras de Dermeval Saviani: *Política e educação no Brasil* (1996a) e *A nova lei da educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas* (1998b). Esses debates trouxeram a necessidade de compreender os problemas da

³ MACIEL DE BARROS, Roque Spencer (org.). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo, 1960. A coletânea reúne todas as contribuições de importância feitas em debates na época contendo um anexo com toda a legislação, inclusive os Projetos de Lei.

educação. Portanto, essa primeira LDB foi considerada a mais importante ação do Estado para a política da educação.

A segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - lei nº 5.692/71 buscou reestruturar o ensino unificando o segundo grau com ênfase no ensino profissionalizante. Com o processo acelerado de industrialização, o país necessitava de uma reforma que conciliasse os três níveis de ensino com a perspectiva econômica. Conforme o art. 10 dessa lei, torna-se obrigatória a orientação profissional como também o aconselhamento vocacional. Também ocorre modificação de quatro para oito anos no 1º grau e a redução de sete para três a quatro anos o 2º grau.

Com a ditadura militar, a política educacional é reformulada em todos os níveis de ensino, foi incluído no planejamento escolar os planos decenais, trienais e setoriais e ocorreu uma interferência na autonomia dos professores. O novo modelo autoritário, impôs um regime de ensino burocrático que modificou as bases da educação, resultando em mudanças em todo o sistema educacional e a abertura do ensino para as escolas privadas. Conforme o art. 168, §3º, III, da Constituição de 1967, o poder público poderia substituir o regime de gratuidade pela concessão de bolsas de estudo.

Após o período do regime de ditadura militar e o estabelecimento da Constituição Cidadã de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi resgatada. A Constituição estabeleceu no art. 205 a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família através da colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse percurso histórico, o Serviço Social no campo educacional atua junto aos sujeitos de direitos na garantia dos direitos previstos na legislação. Conforme a Lei nº 9.394/1996, que promulgou a terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 2 estabelece a finalidade da educação:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, 1996).

Na segunda metade dos anos 1990, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, basicamente, expressava a necessidade de uniformizar o

currículo escolar no país. Não foi diferente a trajetória da homologação do documento, uma vez que resultou de amplos debates com profissionais da área. Os PCNs eram introduzidos por diretrizes para a educação que além de propor novas abordagens de ensino nas escolas, envolve também o Estado e a sociedade em compromisso com seu pleno desenvolvimento.

Assim, esse documento foi organizado com propostas curriculares para diversas áreas de conhecimento pelo país, baseado em princípios sobre ética, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultura, saúde, trabalho e consumo. Importante destacar que, embora houvesse essa intenção de discutir o papel da escola, do Estado e da sociedade, a publicação dos PCNs foi seguida de muitas críticas, principalmente, quanto à vinculação do PCN ao contexto econômico global, introduzindo o ideário neoliberal, como “competitividade, produtividade, flexibilidade, desempenho, integração e descentralização” (GALIAN, 2014, p. 653),⁴ além de o referido documento ignorar conflitos existentes entre culturas e etnias como causadores de exclusão e evasão escolar.

Nesse percurso histórico, outros dois documentos importantes para a educação brasileira foram: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) faz parte da política nacional da Educação Básica e tem a finalidade de garantir um nível de aprendizagem comum a todos os estudantes desenvolvendo competências gerais relacionadas a conhecimentos, habilidades e atitudes para lidar com a vida cotidiana, o exercício da cidadania e com o mundo do trabalho.

A BNCC surge num contexto em que os PCNs não contemplam a atualidade do contexto escolar, as novas pesquisas desenvolvidas em ambientes acadêmicos, novas práticas pedagógicas e outras perspectivas para a vida em sociedade, inclusive articulando saberes e vivências num contexto tecnológico e multicultural. Portanto, a BNCC é o atual documento que norteia as diretrizes para a Educação Básica, contudo novas debates têm conquistado espaço, principalmente, porque não basta apenas reatualizar conceitos e práticas educacionais sem compreender as realidades locais.

⁴ Para aprofundar esse tema, recomenda-se a leitura de Galian (2014) que consta nas referências deste trabalho.

Já o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece as diretrizes, as metas e as estratégias para a política educacional entre 2014 a 2024 definindo dez diretrizes norteadoras da educação brasileira e vinte metas para serem cumpridas durante a sua vigência estabelecendo a responsabilidade aos entes federativos de colaborar para atingir as metas.

Portanto, no espaço escolar a criança tem o direito constitucional garantido pelo Estado como um direito social, porém fatores externos (sociais, culturais, políticos e econômicos) podem influenciar no processo de aprendizagem. Schneider e Hernandorena enfatizam:

Sabe-se que na realidade contemporânea as escolas estão sendo perpassadas por inúmeros fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, os quais têm influenciado diretamente a rotina escolar e o processo de ensino-aprendizagem do aluno. Nesse contexto, também se encontram alunos com inúmeras demandas, oriundas das realidades sociais vivenciadas pelas suas famílias, as quais ultrapassam as questões pedagógicas do aprender e do ensinar, tendo-se a necessidade do apoio de outros profissionais (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p. 26).

Nesse momento, o assistente social torna-se indispensável no ambiente escolar, tendo em vista que as demandas sociais postas influenciam no processo de aprendizagem e essas expressões da questão social⁵ são analisadas através da atuação profissional, que utiliza da teoria crítica, da instrumentalidade, das dimensões da profissão e do projeto ético político profissional para desvelar a realidade e para atuar na resolução dos problemas que ultrapassam questões pedagógicas.

O assistente social está inserido na política de educação e tem papel fundamental na identificação das demandas institucionais, atuando com ações interventivas e articuladas e compreendendo as particularidades existentes no contexto educacional. De acordo com Amaro (2017),

⁵ Sobre a concepção a ser desenvolvida neste estudo sobre “Questão Social” nas palavras de célebre pesquisadora Marilda Villela Iamamoto: “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...] Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem [...] Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano.” (IAMAMOTO, 2000, p. 27-28).

A atuação do assistente social é marcante. Parte-se à construção esclarecimento (a partir da realização de contatos com a família e suas redes de relações para compor o estudo social da situação) e a identificação de forma de agir diante de cada caso, orientando os agentes da escola (professores, gestores) e, quando necessário a família (AMARO, 2017.p. 47).

Com as ações refletidas, relacionando a teoria com a realidade e compreendendo a complexidade do ambiente escolar, o profissional identifica, no estudo social, as lacunas no cotidiano e realiza as devidas mediações entre o campo profissional e as relações sociais que são reproduzidas neste contexto. Destaca-se alguns fatores, como a evasão escolar e/ou dificuldade em permanência, a ausência de êxito em atividades escolares, como também os comportamentos agressivos e/ou de riscos, que são tipicamente comuns no dia a dia da escola, mas são reflexos da conjuntura sociopolítica brasileira.

A escola não está imune a esses fatores extraescolares, produzidos pelo modelo de sociabilidade vigente, estando diretamente impactada pelo contexto social, familiar, cultural, político e econômico. Diante dessa complexidade, a intervenção do profissional é significativa, uma vez que a superação das dificuldades ou necessidades da classe trabalhadora no exercício de seus direitos dependem da articulação efetiva de toda a equipe pedagógica.

O trabalho do assistente social em articulação entre a escola e a comunidade é objeto de reflexão desde o ano de 2001 com a publicação “Serviço Social na educação” pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS):

A inserção do profissional de Serviço Social, na Política Social da Educação, se constituirá em uma parceria importante e que somará esforços na busca de soluções que venham amainar alguns problemas reconhecidamente instalados na Educação Pública, no tocante ao direito ao acesso e permanência do aluno na Escola (...) outras dificuldades devidamente detectadas (...) poderão ser melhor enfrentadas, com a participação do Serviço Social, levando em consideração o seu trânsito junto às organizações que têm interesses voltados para as causas que dizem respeito ao tema em pauta (CFESS, 2001, p. 16).

3 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: INSTRUMENTALIDADE E ÊNFASE NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA

O Serviço Social surge na política da educação por volta de 1906 nos Estados Unidos. O surgimento da profissão no Brasil ocorre vinculado a igreja católica sendo institucionalizado por volta de 1930, momento marcado pela necessidade de intervenção do Estado tendo em vista o aumento das expressões da questão social fruto do modo de produção capitalista.

No Brasil, as atividades educativas estavam presentes nas primeiras atividades profissionais datadas na década de 1940-1950 para os chamados “menores carentes⁶” utilizando-se de práticas conservadoras da classe dominante da sociedade. A gênese da profissão é marcada por uma estratégia capitalista atendendo aos interesses da classe dominante, como também atendendo aos interesses da classe trabalhadora.

Iamamoto (2006) destaca que o modo de produção capitalista modificou as condições de produção e reprodução materiais da existência humana e as relações sociais encobrendo o antagonismo de classes. Na reflexão da autora, as relações de produção são indissociáveis das relações sociais, uma vez que os seres humanos transformam o espaço por meio do trabalho, da mesma maneira que modificam a si mesmos. Pensando a partir dessa rede de interações (re)produtivas, o assistente social cumpre papel importante na base dessa dinâmica. Sua atuação viabiliza acessos a direitos e recursos que podem satisfazer necessidades individuais e coletivas. A educação, que incide na base da organização social, é o espaço para intervenção na realidade para colaborar na formação de um novo ser social.

A atuação profissional do assistente social pode ocorrer nas diversas políticas sociais, viabilizando a defesa e a garantia de direitos previstos em todo o ordenamento jurídico. Neste sentido, o trabalho do assistente social no âmbito educacional é fundamental para a intervenção social diante das diversas expressões da questão social e das demandas apresentadas.

A dinâmica capitalista se caracteriza pelo controle do capital sobre o trabalho. Essa relação do capital com o trabalho se articulam e alteram o modo de

⁶ Trata-se de um sentido pejorativo da palavra que, na atualidade, se configura como uma forma racista de se conceituar aquelas crianças e adolescentes de maneira discriminatória e encobrendo as reais dificuldades vividas por esse público. Com o ECA, há uma proteção integral àquelas em situação de risco.

organização social com efeitos em todas as dimensões da realidade. Em outros termos, o modo de produção da vida social em suas múltiplas esferas (família, trabalho, costumes, valores, etc) guardam relações com o modo de produção capitalista, caracterizando uma reprodução da própria dinâmica inerentemente capitalista. A partir desse contexto, a escola deve desenvolver nos sujeitos sociais a possibilidade de reflexão dessa realidade. O assistente social precisa ter consciência de que a gênese da profissão possui relação com o processo de reprodução do capital e de que a sua inserção é fruto das próprias contradições existentes nesse sistema. De acordo com Piana,

busca-se hoje um redimensionamento da atuação do Serviço Social na educação, visando, a partir das diversas experiências de atuação profissional, extrapolar o ambiente escolar, ampliando a concepção que se tem de educação hoje, do processo pedagógico em geral, do ensino-aprendizagem, da figura da escola e da articulação da educação com as demais políticas sociais (PIANA, 2009, p. 21).

O exercício profissional do assistente social se apresenta em uma perspectiva ampla e social, envolvendo ações articuladas com outros profissionais, com a família, com a comunidade e com o governo. Nesse processo de mediação, a profissão consolidou as bases do Projeto Ético Político da profissão, observando a realidade, os elementos sociais, políticos, econômicos e a conjuntura para atuar de maneira assertiva.

O Projeto Ético Político do serviço social é a base que orienta o exercício profissional, juntamente com as entidades da profissão: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social – ENESSO. Esse projeto reconhece que vivemos em uma sociedade de classes, com interesses sociais, políticos e econômicos divergentes e entende que é preciso construir um projeto coletivo societário como também um projeto profissional que leve em consideração as transformações da sociedade capitalista, que busca através de mecanismos do capital extrair mais valia a partir de uma relação de exploração entre explorados e exploradores.

Com essa compreensão, as entidades profissionais desenvolvem alternativas de enfrentamento ao modelo de sociabilidade levando em conta os limites que o próprio sistema capitalista estabelece para a profissão, uma vez que a profissão do

assistente social está (e sempre esteve) inserida numa dada conjuntura histórica, política e econômica que expõe ao assistente social um cenário de desafios inerentes da própria dinâmica social capitalista, demandando novas estratégias a cada novo contexto da realidade. Conscientes disso, é fundamental traçar novas alternativas intervenção profissional que possam contribuir para acesso a direitos e garantia de políticas sociais. Refletir sobre esse aspecto, como destaca Mota (1997), é parte constituinte do perfil profissional, assim:

O leito por onde deságuam os desafios aos profissionais do Serviço Social – consideradas as particularidades do seu trabalho – são as novas modalidades de produção e reprodução social da força de trabalho, exigindo a refuncionalização de procedimentos e determinando um rearranjo de competências técnicas e políticas (MOTA, 1997, p. 52).

Neste sentido, o exercício profissional, constituída por um conjunto de ações e intervenções no âmbito educacional, tem o intuito de contribuir para a efetividade do plano de ação da escola. Para alcançar o objetivo principal do plano de ação, o assistente social, além de possuir um amplo aporte teórico que incidem na base do processo formativo e intelectual, irá articular o conjunto de saberes adquiridos e aplicá-los a realidade local. Assim, de forma planejada, o assistente social fará a execução do plano de ação no âmbito escolar, atento à oferta qualificada de atividades programadas para o ano letivo previstas nos objetivos específicos estabelecidos. Conforme Guerra (2011),

A instrumentalidade do Serviço Social, pela qual a profissão consolida a sua natureza e articula as dimensões instrumental, técnica, política, pedagógica e intelectual da intervenção profissional, é capaz de possibilitar tanto que as teorias macroestruturais sejam remetidas à análise dos fenômenos, processos e práticas sociais quanto esta compreensão se objetive em ações competentes técnica e politicamente (GUERRA, 2011, p. 18).

O exercício profissional é mediado pelo contexto em que a racionalidade oferece inteligibilidade na relação sujeito e objeto. Guerra (2011), na citação anterior, em outras palavras quer apontar que o conhecimento imediato da realidade não se compara ao conhecimento pela via da razão, isto é, a análise de fenômenos sociais está orientada pela própria capacidade do sujeito, neste caso do assistente social, em transpor ao discurso manipulatório e instrumental, dando vez a uma ação racional e inteligível que rompe com a continuidade de uma estrutura de determinações sociais e políticas.

A aproximação da profissão principalmente com a teoria marxista trouxe, como parte do conjunto de teorias que racionalizam a vida em sociedade, para o exercício profissional outras interpretações sobre a realidade.

Em outros termos, a *teoria social crítica*⁷ proposta por Marx submete uma crítica à sociedade capitalista, desvendando fantasias e fetiches da relação entre capital e trabalho. A centralidade dessa teoria é analisar as desigualdades e antagonismos inerentes à dinâmica capitalista com efeitos múltiplos na vida social, inclusive na educação, o que exige do assistente social esse amplo movimento entre compreender a dinâmica social, os efeitos nas diversas esferas sociais e intervenção de modo propositiva.

Nas palavras da pesquisadora Yolanda Guerra (2011):

Essa mudança na prática profissional ocasionou (...) para alguns, uma lacuna, para outros, a dicotomia, ou, ainda, uma defasagem entre as elaborações teórico-metodológicas e a intervenção profissional (GUERRA, 2011, p. 23).

Dessa forma, o exercício profissional do assistente social na educação deve levar em consideração as três dimensões, a saber: a dimensão técnica-operativa, ético-político e teórico-metodológico, que, no geral, se articulam com o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS). Essas dimensões direcionam os esforços para viabilizar direitos e buscam também abrir caminhos para a construção de uma nova ordem societária que não se baseie em relações de poder e sem exploração de classe, etnia e gênero, conforme previsto no Código de Ética da profissão em seus princípios fundamentais.

⁷ Segundo Yamamoto (2018, p. 207) "Aprender a pensar com Marx supõe mais que um "discurso sobre o método". Exige uma leitura criteriosa e cuidadosa de sua teoria e a acuidade do pesquisador na investigação permanente da história da sociedade presente". Também conhecida como "teoria social histórico-crítica", essa teoria esta fundamenta no pensamento marxista, propõe uma compreensão efetiva da realidade social. O surgimento de uma sociedade burguesa e as novas formas de produção de riqueza, pós Revolução Industrial, alteraram as várias dimensões da vida social. Desde essa época havia contradições sociais que tendiam a assumir um caráter social e, de certo modo "naturalizado" a ponto de ser ocultado dos sujeitos sociais. Assim, essa teoria busca desvendar essa articulação entre capitalistas e trabalhadores e, além disso, propor um entendimento aprofundado de como surge a desigualdade social, o porquê ela muitas vezes está ocultada dos sujeitos, e, sobretudo, o porquê se naturaliza na sociedade (TONET, 2013).

A respeito dessa reflexão, é oportuno destacar as palavras da autora:

há algo que precede a discussão de instrumentos e técnicas para a ação profissional, que no nosso entendimento refere-se à sua *instrumentalidade*, ou melhor, à dimensão que o componente instrumental ocupa na constituição da profissão (GUERRA, 2011, p. 30).

Nesse trecho a autora propõe que, além de compreender “para quem, onde e quando fazer”, é preciso analisar as consequências que no nível “mediato” as nossas ações profissionais produzem. No nível “mediato” ocorre a possibilidade de aproveitar os dados coletados na intervenção prática, transformando-os em conhecimento sobre a população e, por fim, revertê-los em conteúdo que será proposto a aplicação do projeto (GUERRA, 2011).

Ainda conforme a autora, identificadas as limitações no projeto, o assistente social manterá o foco nas finalidades, sem desconsiderar as dificuldades postas, estabelecendo um plano de ação para atuar com o objetivo de alcançar a finalidade.

É por esse motivo que as dimensões de atuação do assistente social são indispensáveis no “fazer profissional” e devem ser utilizadas de maneira conjunta. Para Ramos e Santos (2018) é preciso sair de uma visão reducionista das práticas profissionais e considerar as devidas mediações e configurações do ambiente de trabalho para refletir numa perspectiva marxista.

Foi durante o movimento de Reconceitualização que levou o Serviço Social à renovação. Esse processo histórico da profissão fez com que a profissão se aproximasse da teoria crítica marxista compreendendo que o objeto de atuação do Serviço Social é a Questão Social, e a sua relação com a categoria trabalho ocorre através de uma perspectiva ontológica que culminou em reflexões nos ambientes sócio-ocupacionais que o assistente social atua.

Essas reflexões como também as problematizações são importantes para o desenvolvimento de um projeto de intervenção profissional para além das demandas institucionais, pois o serviço social busca compreender o processo de reprodução das relações sociais, sendo necessário uma análise crítica da realidade na busca por respostas para o enfrentamento da Questão Social na sociedade capitalista.

Essa reprodução social representa as contradições que esse modelo de sociabilidade possui, ampliando e aprofundando às desigualdades. Conforme a sistematização do pensamento marxiano, para que o capital possa se expandir é necessária a acumulação que ocorre através da subsunção formal do trabalho ao

capital. Trata-se de uma relação de subordinação entre classes já que para ter o salário, o trabalhador precisa vender a sua força de trabalho para quem detém os meios de produção, os capitalistas. Essa relação contraditória e antagônica ocorre porque há a socialização das riquezas e por outro lado a apropriação é privada provocando desigualdade social, conforme a Lei Geral da Acumulação Capitalista (MARX, 1978).

Com o decorrer dos anos, o capitalismo aprofundou esse processo de exploração e suas contradições, mercantilizando as atividades, precarizando as condições de trabalho, flexibilizando os direitos e reduzindo os salários através de um processo cada vez mais intenso de exploração de força de trabalho.

Nesse contexto, o assistente social, embora esteja inserido, deve se contrapor a essa dinâmica de sociabilidade, atuando na garantia de direitos e nas políticas sociais, compreendendo que sua força de trabalho é fruto de um processo contraditório de reprodução social que envolve a disputa entre o capital e o trabalho. Essa disputa envolve projetos societários antagônicos e perpassa a profissão tendo em vista que é o Estado o responsável pelas políticas sociais e o assistente social deve se posicionar se contrapondo a lógica capitalista, combatendo as expressões da questão social e mediando os conflitos junto a classe trabalhadora.

O projeto ético-político da profissão é compreendido por Netto da seguinte forma:

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam requisitos (teóricos, institucionais e práticas) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95).

O projeto profissional se apresenta a partir de uma necessidade social e vincula-se a interesses contraditórios de classe tendo em vista que a profissão possui um projeto hegemônico, porém na própria categoria profissional há uma pluralidade de indivíduos com projetos pessoais e societários diferentes. Essa diversidade dentro da categoria da profissão estabelece como valor ético-político a liberdade, que conforme Netto (1999, p. 104-105) é a “possibilidade de escolher

entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais”.

O projeto ético-político é parte constitutiva da profissão e resultado da articulação dos elementos do processo sócio-histórico, dos princípios, dos valores, do arcabouço teórico-metodológico que direcionam estrategicamente a profissão e a crítica ao sistema capitalista, buscando a transformação da sociedade a partir do processo de intervenção realizado no cotidiano.

Todos esses elementos acima mencionados são constitutivos do projeto ético-político e colaboram com a instrumentalidade, além de fazer com que as intenções profissionais se materializem e se transformem em ações refletidas e planejadas na realidade. É por razão que a profissão possui uma entidade que tem como objetivo coordenar e articular a formação profissional, a saber a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que reforça esse entendimento nas diretrizes gerais para o curso de Serviço Social:

As competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho (ABEPSS, 1996, p. 13).

O exercício profissional se apresenta na pluralidade das determinações da sociedade capitalista, sendo forjada por dimensões horizontalmente postas e que estão presentes desde a formação teórica acadêmica até a prática profissional. Não sendo, portanto, uma delimitação rígida entre essas dimensões, dado o seu caráter de qualificação profissional, a saber: (i) teórico-metodológica, (ii) ético-política e (iii) técnico-operativa.

A instrumentalidade do Serviço Social, ora desenvolvida no projeto de intervenção, se configura como método de intervenção sobre a realidade social, constituindo-se diretamente da (i) acolhida social, (ii) da dinâmica de grupo e (iii) reuniões, como também, indiretamente, do (iv) estudo social e (v) relatório social, tais mecanismos de atuação estabelecem vínculos aos objetivos, finalidades e valores profissionais.

Na dimensão teórico-metodológica, o assistente social buscará compreender a realidade a partir do arcabouço teórico, analisando a realidade e sua experiência com a prática e com a teoria que vão propiciar resultados para os usuários.

Na dimensão ético-política, encontram-se as intencionalidades, as escolhas teóricas e políticas, os valores que culminam em ações refletidas com o intuito de implementar uma determinada ação, não sendo possível ficar neutro diante das necessidades e das demandas apresentadas. O assistente social deve buscar, conforme o Código de Ética e lei que regulamenta a profissão, a defesa intransigente dos direitos humanos, se posicionando em favor da equidade e da justiça social, incentivando a diversidade, se articulando com outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do código de ética e com a luta da classe trabalhadora.

Já a dimensão técnico-operativa se apresenta através das ações e dos procedimentos adotados pelo assistente social para o alcance das suas intencionalidades profissionais.

A dimensão teórico-metodológica e a dimensão ético-política se complementam com a instrumentalidade fazendo com que a dimensão técnica-operativa seja a forma como a profissão se apresenta na realidade para a finalidade que se propõe a intervenção profissional. Isso ocorre devido ao caráter de totalidade das dimensões que nunca são analisadas isoladamente podendo em alguma situação uma dimensão predominar mais que outra, mas sempre interagindo uma com as outras. Para Santos,

A dimensão técnico-operativa contém: existência de objetivos; busca pela efetivação desses objetivos; existência de condições objetivas e subjetivas para a efetivação da finalidade. Requer conhecer os sujeitos da intervenção; as relações de poder, tanto horizontais quanto verticais; o perfil do usuário – a natureza das demandas; o modo de vida dos usuários; as estratégias de sobrevivência; a análise e aprimoramento das condições subjetivas; conhecimento das atribuições profissionais (SANTOS, 2013, p. 26).

Na dimensão técnico-operativa, as demais dimensões se entrelaçam e o profissional irá refletir sobre as determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade capitalista para dar as respostas as demandas que são apresentadas. Essa reflexão se dá sobre as “estratégias, táticas [...] conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional [além de] particularidades dos contextos organizacionais” (SANTOS; FILHO; BACKX, 2012, p. 20).

Com a dimensão técnico-operativa a profissão tem visibilidade e se apresenta com o objetivo de responder às demandas institucionais postas que, conforme TRINDADE (2012, p. 73), incluem “o desenvolvimento de ações, procedimentos e

instrumentos que faz da produção das respostas profissionais fundamentadas pelo projeto profissional, com suas dimensões teórica (...), técnica (...) e ética (...)."

Por esse motivo que o Serviço Social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho possui uma particularidade: o enfrentamento da Questão Social e suas expressões na sociedade, no cotidiano, nas relações sociais dos indivíduos, tendo a possibilidade de modificar a realidade dos sujeitos.

Para atingir esse fim, o profissional precisa saber *o que, como fazer, porque fazer, para que fazer e com o que fazer*, de maneira que as dimensões da profissão contribuam na compreensão do cotidiano em que o assistente social se encontra inserido. Para Guerra (2012),

toda intervenção profissional é uma ação teleológica que implica uma escolha consciente das alternativas objetivamente [isto significa que] o profissional lança luzes sobre os fins visados e busca meios que, a seu juízo, são os mais adequados para alcançá-los (GUERRA, 2012, p. 56).

Para que haja uma mediação adequada, o profissional deve desenvolver a capacidade de realizar análise de realidade e de conjuntura considerando a relação com a vida cotidiana como também as demandas antagônicas apresentadas para que o planejamento de suas ações seja orientado estrategicamente pelo Projeto ético-político da profissão refletindo assim na concretização de seus objetivos e evitando procedimentos conservadores. Essa relação com a vida cotidiana, utilizando a leitura de realidade, possibilita a compreensão do indivíduo, a coleta de dados e uma atuação em conformidade com código de ética profissional.

Para Trindade (2012), as ações profissionais mais utilizadas pela profissão são: "executar, orientar, agrupar, providenciar, acompanhar, socializar, coordenar, planejar, pesquisar, monitorar, supervisionar, organizar e administrar, estudar e analisar, emitir parecer, assessorar, consultorar" (p. 70). Nesse sentido, a dimensão técnico-operativa pode construir formas de atuação articulando as experiências vivenciadas e avaliando as estratégias para alcançar determinada ação.

Portanto, o exercício da profissão perpassa pela utilização dos instrumentos e técnicas como também uma postura investigativa, considerando o projeto ético-político e o arcabouço teórico crítico na busca da compreensão e transformação das demandas institucionais postas nos espaços sócio-ocupacionais.

Através da dimensão técnico-operativa o profissional deve atuar, refletindo suas ações, utilizando os instrumentos de intervenção, articulando as dimensões e realizando as devidas mediações para alcançar os objetivos esperados. Neste sentido, o estágio obrigatório configura momento indispensável para que o futuro profissional tenha uma aproximação com a realidade e desenvolva a capacidade de intervenção no ambiente sócio ocupacional.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA: O ESTÁGIO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO

O estágio obrigatório está incluído na formação curricular do assistente social, sendo regulamentado pela Lei nº 11.788 de 25/09/2008, pela Resolução CFESS/CRESS nº 533/2008, que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, tendo como referência a Lei 8.662/1993 que regulamenta a profissão, o Código de ética profissional e o Plano Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

É a partir do campo de estágio que o estudante tem a aproximação com a rotina da profissão, para conhecer as demandas, os desafios, as expressões da questão social neste espaço institucional, sendo possível compreender por meio da prática diária a teoria estudada durante a formação acadêmica.

A Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves possui um plano de ação institucional, onde destacamos as seguintes atividades realizadas durante o estágio:

- Acolhimento aos usuários;
- Rede de apoio aos pais e familiares;
- Identificação de demandas informadas pela equipe multiprofissional;
- Acompanhamento de estudo socioeconômico das famílias e dos usuários do serviço;
- Realização de visitas domiciliares (quando necessário);
- Acompanhamento da frequência escolar

Durante o período de experiência do estágio foi possível acompanhar as atividades desenvolvidas pela assistente social da escola e identificar as lacunas institucionais postas nesse campo de trabalho. Por meio dos instrumentos do serviço social, as demandas apresentadas são analisadas e encaminhadas, trata-se de um processo permanente de planejamento para atender às necessidades dos usuários propondo ações com a equipe multidisciplinar.

Por isso, a experiência do estudante no ambiente profissional por meio do desenvolvimento das atividades se apresenta indispensável e contribui para a formação crítica e uma atuação efetiva para intervenções que possibilitam uma transformação da realidade.

Durante o período de estágio foi desenvolvido e aplicado o projeto de intervenção: “O ECA na escola: uma contribuição para a construção dos sujeitos de direito”. Uma ação realizada a partir da inserção de atividades no âmbito da escola,

que dialogava com a comunidade sobre os direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990).

Essa ação foi executada em consonância com o plano de ação do Serviço Social da escola de modo a contribuir na construção dos sujeitos de direito, tendo em vista que o ambiente escolar necessita de oficinas lúdico-educativas capazes de implementar na cultura infantil escolar o conhecimento, a reflexão e a vivência do ECA. Conforme aponta Sposati:

[...] para que as necessidades da criança e do adolescente sejam de fato incorporadas como políticas públicas, é necessário que tanto o governo como a sociedade civil construam uma pauta de inclusão dessas necessidades (SPOSATI, 1994, p. 108).

Assim, a atuação do assistente social no âmbito da educação deve se pautar com o olhar no projeto ético político da profissão, no compromisso com a cidadania, na defesa intransigente dos direitos humanos, na emancipação humana, no atendimento às demandas e às necessidades dos usuários, viabilizando o acesso às políticas sociais por meio da ação socioeducativa.

O assistente social deve buscar, conforme o Código de Ética e lei que regulamenta a profissão, a defesa intransigente dos direitos humanos, se posicionando em favor da equidade e da justiça social, incentivando a diversidade, se articulando com outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do código de ética e com a luta da classe trabalhadora.

Neste sentido, o projeto de intervenção que foi aplicado na escola pelos estagiários Eduardo Mariano Chagas Barbosa e Glauce Suassuna Figueiredo durante o estágio levou em consideração as dimensões profissionais, tendo em vista que não é possível analisá-las isoladamente, pois há uma relação de unidade como também de particularidades.

A partir dessas três dimensões da profissão é possível perceber a importância do planejamento das ações profissionais na experiência do estágio obrigatório, pois cada dimensão se articula com a atividade desenvolvida no campo do estágio.

De modo a materializar toda a reflexão teórica que precede a compreensão da implementação do projeto, compreendemos que a partir do acompanhamento da rotina profissional e da leitura do plano de ação do Serviço Social da instituição escolar, surgiu a necessidade da criação de um projeto de intervenção permanente

sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que possibilitasse um vínculo⁸ entre o aluno, a escola, a família e a sociedade, considerando também as experiências e as ações pontuais realizadas sobre esse tema que ocorreram no ano de 2013 juntamente com o curso de serviço social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde foi executado o Projeto de Extensão “Direitos e Deveres na Escola: um resgate da cidadania de crianças e adolescentes⁹” com o objetivo geral de esclarecimento sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes dispostos no ECA.

Enquanto fase obrigatória para formação acadêmica, tem-se o estágio como um componente curricular que estabelece mediação entre a teoria e a prática. Devemos considerar a importância da supervisão de campo e acadêmica, pois, conforme a resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, a supervisão direta no Serviço Social é competência exclusiva do CFESS, e a lei 8.662/93 que regulamenta a profissão estabelece como sendo uma atividade privativa do assistente social supervisionar estagiários de Serviço Social.

A partir das observações vivenciadas no ambiente educacional, percebemos que atuação do assistente social na educação infantil é essencial para a realização dos devidos encaminhamentos como também às garantias constitucionais dos sujeitos de direito, o acesso à informação, os direitos humanos e a priorização da proteção da criança conforme estabelecido no ECA.

O projeto de intervenção realizado na instituição teve a participação dos alunos, os objetivos foram alcançados, deixando assim uma contribuição para que seja realizado anualmente ações relacionadas ao projeto adequando-se à realidade do ano vigente.

⁸ Destacamos a importância da escola e do Serviço Social durante a pandemia da COVID-19 entre os anos de 2020 a 2022 que serviu como um vínculo essencial com os alunos, com a equipe pedagógica e a assistente social, de modo a manter os laços para garantir, parcialmente, a segurança alimentar das crianças diante de um cenário de vulnerabilidade socioeconômica, intensificado pela pandemia. Assim, a escola serviu mais do que um ambiente de desenvolvimento de trabalho curricular pedagógico, mas como lugar de acolhimento e de compromisso social.

⁹ Sob a coordenação geral da professora Célia de Castro, do Departamento de Serviço Social da UEPB e a colaboração da professora Maria Noalda Ramalho.

4.1 O serviço social na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves

O serviço social na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves busca garantir o acesso à cidadania, pois é um direito constitucional previsto em lei e que, em muitas situações, as famílias têm dificuldade de matricular seus filhos na escola por falta de estabelecimento próximo da residência ou até mesmo devido à dificuldade de vagas nas unidades educacionais, cabendo ao profissional viabilizar esse acesso.

A efetivação desse direito, como política do Estado, está assegurada na Constituição Federal, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90) e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/96) e deve nortear as ações do assistente social seja planejando, orientando, avaliando as demandas seja realizando os encaminhamentos.

No que diz respeito à convivência familiar e comunitária, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) estabelecem legalmente como um direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária. Conforme esse marco legal e a possibilidade de inserção do profissional do Serviço Social no bojo das relações sociais e institucionais, como por exemplo nas escolas públicas, criam-se vínculos com os sujeitos envolvidos, sobretudo com as famílias, com as quais são criadas trocas recíprocas entre si. Esse contato favorece tanto a proteção quanto a inserção dos filhos nos espaços sociais, neste caso, a escola enquanto rede social secundária.

Conforme o Plano de Ação do Serviço Social, a Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves desenvolve várias ações e projetos. Os projetos já implementados na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves incluíram também a prática social com famílias, e o atual projeto de intervenção que fomentou esse trabalho e foi desenvolvido na referida instituição contempla a reflexão, principalmente dos alunos, mas também de gestores e profissionais no planejamento escolar que contribuem para a efetivação de direitos sociais.

Alguns projetos desenvolvidos em conjunto com a equipe multiprofissional são: apoio aos eventos realizados na escola, criação e execução do Projeto de Intervenção: “Tecendo os caminhos para a Inclusão” entre outras colaborações. O Serviço Social da escola também possui ações interinstitucionais com a rede municipal, realizando os devidos encaminhamentos de acordo com as demandas

para o Conselho Tutelar, o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) ou o CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) que contribuem para a Política de Assistência Social.

A Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves está presente na cidade há mais de 33 anos, foi construída no ano de 1986 e inaugurada em 1988 e suas atividades iniciaram em 1989 no governo de Ronaldo Cunha Lima.

A instituição possui atualmente 36 servidores públicos considerando a direção, a secretaria, os professores, a equipe multidisciplinar e a equipe de apoio. Está localizada na rua Pedro Aragão, s/n, CEP 58410-765, no bairro Sandra Cavalcante, sob o CNPJ 01.982.249/0001-02, email: emgustavoaca@gmail.com, no município de Campina Grande - Paraíba. Nas redes sociais, a instituição possui perfil no instagram: @_emgustavoadolfo.

Em 2010, na gestão do prefeito Veneziano Vital do Rêgo, a escola foi reformada e ampliada, o nome “Gustavo Adolfo Cândido Alves” foi em homenagem a um estudante campinense que possuía uma doença rara chamada Deficiência Imunológica Celular.

A escola oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I nos turnos da manhã e tarde, atendendo 140 alunos na faixa etária entre 4 e 10 anos, distribuídos em 7 turmas: duas (2) turmas de educação infantil (Pré I e Pré II) e seis (5) turmas de ensino fundamental I (1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano e 5º ano). Também oferece aulas de capoeira, atendimento educacional especializado (AEE) para os alunos com deficiência na aprendizagem e aulas de educação física.

Sua estrutura física possui uma sala da secretaria/direção, quatro salas de aulas, um sanitário para os alunos da educação infantil, cinco sanitários para as outras turmas, sendo um com acessibilidade para alunos com deficiência física, um sanitário para os servidores públicos, uma cozinha com dispensa, uma sala de leitura, um laboratório de informática, dois ambientes para guardar os materiais da escola, um almoxarifado, um parquinho infantil, um pátio e um campo de areia.

A escola possui um Plano de Ação do Serviço Social, elaborado pela assistente social Maria Noalda Ramalho, constitui uma ferramenta importante de organização das atividades relacionadas ao funcionamento e execução das ações no âmbito escolar, em conformidade com o planejamento pedagógico, o projeto político pedagógico (PPP) e conjuntamente com a equipe multiprofissional fazem com que os serviços disponibilizados estejam adequados à necessidade da escola.

De acordo com o plano de ação do serviço social, a escola realizou as seguintes ações no ano de 2022:

- Projeto de intervenção “Família, Escola e Comunidade: Uma Parceria que Dá Certo” fortalecendo os vínculos com a escola, a família e a comunidade. Para atingir os objetivos deste projeto serão realizadas reuniões com as famílias, estudos socioeconômicos, encaminhamento de alunos às políticas sociais e orientações aos programas e benefícios do governo;
- Projeto de intervenção “Frequência em dia: uma proposta de acompanhamento do serviço social à frequência escolar dos alunos”, com o objetivo de acompanhar a frequência dos alunos, realizar a busca ativa dos alunos infrequentes e evitar evasão escolar.

Outras ações foram realizadas durante este ano de 2022, a saber: a supervisão direta de estágio obrigatório aos alunos de Serviço Social da UEPB; o apoio à execução do "Programa Saúde na Escola"; e, atividades com alunos e suas famílias sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre outras temáticas sociais.

4.2 O projeto de intervenção na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves

O projeto de intervenção intitulado “O ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito” surgiu com a experiência no estágio obrigatório em julho de 2022 que ocorreu no período de dezembro de 2021 a agosto de 2022 na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves.

Para o desenvolvimento do projeto de intervenção realizamos o acompanhamento da rotina do assistente social e as ações atreladas ao Plano de Ação do Serviço Social da escola que culminou no desenvolvimento do projeto “O ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, que foi incluído de maneira permanente no plano de ação da instituição. Buscamos identificar as contribuições desse projeto, o impacto para os educandos, como também identificar as ferramentas do Serviço Social - as dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica - para o alcance dos resultados almejados. As observações realizadas durante o período do estágio juntamente com a leitura do plano de ação do Serviço Social da escola e os diálogos com a

profissional Maria Noalda Ramalho fizeram com que pudéssemos constatar a necessidade de planejar um projeto de intervenção relacionado à proteção dos direitos da criança e do adolescente.

O surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pela Lei 8.069/90 é resultado de uma evolução histórica da própria Constituição Federal, que teve marcos legais desde a Constituição Republicana (1891), como na Constituição de 1934 durante o governo de Getúlio Vargas e todo o período da ditadura militar que esteve vigente entre os anos de 1937 até 1969, por fim, seguida da atual Constituição Cidadã de 1988, a qual está fundamentada no princípio da dignidade da pessoa humana, pilar de outros princípios.

Assim, crianças e adolescentes estão inseridos no ordenamento jurídico, dignos de proteção integral, isto é, o princípio de proteção integral busca criar medidas e alternativas para esses sujeitos, preservando-os de quaisquer violações tanto dos direitos quanto das condutas violadoras da segurança social e jurídica.

Em julho de 2022, o ECA comemorou 32 anos e antes de sua existência, o Serviço Social já se articulava na defesa dos direitos da criança e do adolescente. O ECA possui uma relação com o processo de redemocratização do país, pois com o fim da ditadura militar, várias organizações, movimentos sociais e a categoria de assistentes sociais puderam articular para viabilizar e priorizar uma proteção integral.

De acordo com o ECA (Lei 8.069/1990) toda criança, como também o adolescente, têm direito à educação. O artigo 3º dessa legislação assegura proteção integral, isso significa garantia de direitos humanos fundamentais para o processo emancipatório. Em consonância com outras legislações como a Constituição Federal em seu artigo 6º estabelece a infância como um direito social, sendo o Estado responsável por políticas públicas de assistência à saúde e proteção da criança.

A partir das primeiras aproximações com o campo do estágio e a supervisão acadêmica, foi possível identificar as principais demandas no espaço educacional e planejar um projeto voltado à realidade da instituição. Com a leitura das legislações e orientado pelos princípios estabelecidos no Código de Ética profissional, o Serviço Social pode desenvolver dentro do âmbito escolar, o acompanhamento das demandas, o atendimento aos usuários, realizar estudos da situação socioeconômica e assim planejar suas ações com vista à garantia de direitos.

Inicialmente, sob orientações da supervisora acadêmica Aliceane de Almeida Vieira e da supervisora de campo Maria Noalda Ramalho no ano de 2021 e em

seguida a supervisão, a partir do início de 2022, ocorreu com a professora Liana Amaro Augusto de Carvalho.

O projeto de intervenção desencadeou a proposta de analisar o exercício profissional do assistente social, a instrumentalidade, a ênfase na dimensão técnico-operativa como também a relação com o estágio obrigatório a partir do relato de experiência.

O projeto “O ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito” torna-se ferramenta importante e por esse motivo foi utilizado para a análise a instrumentalidade do Serviço Social com ênfase na dimensão técnico-operativa avaliando o rebatimento da experiência profissional no estágio obrigatório nos espaços ocupacionais e os impactos da atuação do assistente social na realidade concreta que impulsionam a qualidade na prestação de serviços socioassistenciais aos usuários.

O projeto de intervenção foi desenvolvido considerando o público alvo as turmas dos 3º, 4º, e 5º ano com oficinas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com o intuito de implantar atividades na rotina da escola que dialoguem com a comunidade sobre o assunto e a partir da identificação de uma das demandas da instituição, para possibilitar um vínculo entre a escola, a família, a sociedade e o aluno, socializando o saber e a aprendizagem e contribuindo por meio de intervenções na reflexão sobre os direitos da criança.

Como metodologia para a execução da ação, foram realizadas oficinas nas salas de aulas com explanação oral, dinâmicas e uso de data show, panfletos, revistas em quadrinhos da Turma da Mônica, cartolinas com desenhos e apresentação de vídeo educativo. As atividades e ações foram desenvolvidas no mês de julho considerando a semana de comemoração do estatuto da criança e do adolescente (13 de julho de 1990) e se adequando às reais necessidades do plano de ação do Serviço Social da escola.

A realização dos encontros em sala de aula ocorreu utilizando o seguinte roteiro organizacional:

- Apresentação de um vídeo explicativo sobre o Estatuto do ECA para a orientação infantil (duração de 5 minutos);
- Formação de oficinas com os alunos após a apresentação do vídeo, a fim de identificar o que eles compreendem sobre os seus direitos (duração de 5 minutos);

- Orientação sobre as principais informações e pontos chave relacionados ao ECA trazidos no vídeo (duração de 5 minutos);
- Execução de uma dinâmica educativa para avaliar a apreensão dos alunos acerca do tema (duração de 20 minutos);
- Distribuição de panfletos e revistas em quadrinhos para os alunos para leitura posterior (duração de 5 minutos).

Portanto, a proposta de intervenção realizada na escola foi organizada para um tempo máximo de 40 minutos em cada sala. Com relação a avaliação da intervenção, esta foi realizada de forma integrada com o plano de ação do Serviço Social da escola, com o intuito de identificar oportunidades e melhorias na execução do projeto e proporcionar uma maior participação dos alunos e por se tratar de um plano de ação, este tem o caráter de ser continuamente avaliado.

Já o monitoramento das atividades desenvolvidas ocorreu através da participação dos alunos na dinâmica proposta da atividade com lista de presença, diário de campo e registro fotográfico.

5 CONCLUSÃO

O assistente social, no âmbito da educação, necessita de um conhecimento amplo sobre a complexa realidade social: quais serão as devidas intervenções junto à população usuária utilizando suas competências, as habilidades, o conhecimento teórico, a experiência profissional, os instrumentos e as técnicas. Para atingir os objetivos propostos e estabelecidos no plano de ação da instituição, planejam-se atividades que contribuam para viabilizar o direito à política de educação e propor ações que facilitem a permanência e o sucesso dos alunos na escola, atuando conjuntamente com a equipe multidisciplinar.

Neste sentido, as dimensões teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa devem integrar a rotina da profissão para que seja possível obter resultados práticos, compreendendo a realidade, as expressões da questão social e atuando nas demandas individuais e coletivas na busca de soluções que viabilizem os direitos dos usuários.

É nessa perspectiva que a profissão se apresenta relevante já que atua na operacionalização das políticas sociais, e a sua inserção nos espaços sócio-ocupacionais necessita de uma postura crítica e investigativa desvelando a singularidade dos sujeitos para que seja possível intervir assertivamente nas particularidades da realidade social.

Portanto, a experiência no estágio permitiu observar e refletir sobre a importância do contato, do grau desse vínculo e das direções tomadas pelo assistente social diante das particularidades de cada aluno e também da família, capazes de repercutirem no êxito das ações de intervenção, no suporte e no controle do trabalho realizado. Lidar com o trabalho social enfrentando causas estruturais da pauperização, mediando com a coletividade a rede de serviços, direcionando esforços e ações na prestação de serviço público são formas de assegurar os direitos individuais e sociais discutidos neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf >. Acesso em: 20 out. 2022.

AMARO, Sarita. **Serviço social em escolas: Fundamentos, processos e desafios**. Editora Vozes, 2017.

_____. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022.

_____. **Projeto ABEPSS Itinerante. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas**. mimeo, 2014.

ARAUJO, M. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Revista Educação em Questão, [S. l.], v. 36, n. 22, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3975>>. Acesso em: 12 out. 2022.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. Parte III, A transmissão da cultura, 5. ed. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição política do Império do Brasil, 1824. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 12 out. 2022.

_____. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

_____. **Constituição (1937)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

_____. **Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império**. Rio de Janeiro, 1827.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 5 out. 2022.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em 5 de out. de 2022.

_____. **Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.** DF, 1993. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2018. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>> acesso em 28 nov 2022.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 5 out. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação. 2014 a 2024.** Disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/>> acesso em 28 nov 2022.

BRASIL. Ministério Público Paraná. Criança e Adolescente. Cartilha **A turma da Mônica em: O estatuto da criança e do adolescente.** Revista criada e produzida nos Estúdios Maurício de Sousa - Departamento de Projetos Especiais. ed. Maurício de Sousa. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/turma_da_monica/monica_estatuto.pdf>. Acesso em: 02/07/22.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTANHA, A. P. **O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 6, n. 1 [11], p. 169-195, 10 fev. 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** 1ª edição ampliada. 2012. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2022.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social.** Aprovado pela resolução CFESS n. 273/93, e modificado pelas resoluções CFESS n. 290/94 e 333/96. 3. Ed. rev. Amp. Brasília: CFESS, 1997.

_____. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética profissional do Assistente Social.** Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022.

_____. **Serviço Social na Educação.** Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)>. Acesso em: 5 de outubro de 2022.

ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES. **Plano de Ação do Assistente Social-Ano 2022.** Campina Grande, 2022.

FIGUEIRÊDO, Glauce. Suassuna. **A atuação do Serviço Social na Educação: Um relato de experiência sobre o projeto: “O ECA na escola”.** Dissertação de conclusão de curso. Serviço Social. UEPB, 2022.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade.** 7ª ed. rev. São Paulo: Centauro, 2005.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção. **Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. Cadernos de Pesquisa.** 2014, v. 44, n. 153, pp. 648-669. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053142768>>. Acesso em: 2 Dez 2022

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 9ª ed. - São Paulo: Cortês, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Marxismo e Serviço Social: uma aproximação.** In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 204-226, ago. a dez. / 2018.

_____, **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl. Livro I, Capítulo VI (inédito) In: **O Capital.** São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978.

MOTA, Ana Elizabete. **As transformações no Mundo do Trabalho e seus desafios para o Serviço Social.** In: O social em questão. Volume 1, nº 1, Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Serviço Social, 1997.

NETTO. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

Panfleto sobre o ECA. **Direitos e deveres das crianças.** Disponível em: <<https://atividade.digital/jogos/lingua-portuguesa-historia/brincadeiras-direitos-deveres/direitos-deveres-criancas?level=2>>. Acesso em: 20 jul 2022.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579830389. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109127>>. Acesso em: 6 out. 2022.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1986.

RAMOS, Adriana; SANTOS, F. H. C. dos. (org.). **A dimensão Técnico-Operativa no Trabalho do Assistente Social: ensaios críticos**. Campinas: 1 ed. Editora Papel Social, 2018.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Revista Conexão Geraes, v. 3, p. 25-30, Rio de Janeiro. 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SANTOS, Claudia Monica dos; SOUZA FILHO, Rodrigo de; BACKX, Sheila. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão**. In: Santos, CM.; GUERRA, Y; BACKX, Sheila. (Orgs). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p. 15-39.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na Prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SCHNEIDER, Gláucia; HERNANDORENA, Maria do Carmo. **Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012.

SPOSATI, Aldaiza. **Os Desafios da Municipalização do Atendimento a Criança e ao Adolescente: o convívio entre a LOAS e o ECA**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 46, Dez. 1994.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_braz-marcelo-201608060407431902860.pdf> Acesso: 20 out. 2022.

TONET, I. Teoria Social Crítica: do que se trata? IN: ALCÂNTARA, Maria Norma; PIMENTEL, Edlene; DE SOUZA, Reivan Marinho (Ed.). **Em defesa do pensamento crítico: relações sociais, trabalho e política**. Eudfal, Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2013.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.) **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 69-102.

ZOTTI, Solange Almeida. **Sociedade, Educação e Currículo: dos Jesuítas aos anos de 1980**. Brasília – DF: Editora Plano, 2004.

ANEXOS – FOTOS DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

FOTO 1: Card's da dinâmica interativa realizada com os alunos durante o projeto de intervenção



FONTE: Arquivo do Projeto de Intervenção: “ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, 2022



FONTE: Arquivo do Projeto de Intervenção: “ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, 2022

FOTO 2: Dinâmica interativa do projeto de extensão



FONTE: Arquivo do Projeto de Intervenção: “ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, 2022



FOTO 3: Participação da turma e do Serviço Social no projeto de intervenção



FONTE: Arquivo do Projeto de Intervenção: “ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, 2022



FONTE: Arquivo do Projeto de Intervenção: “ECA na escola: uma contribuição para a formação de sujeitos de direitos”, 2022

FOTO 4: Oficina realizada pelos estagiários do serviço social durante a realização do projeto de intervenção



FONTE: Arquivo do Projeto de Intervenção: “ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, 2022



FONTE: Arquivo do Projeto de Intervenção: “ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, 2022

FOTO 5: Oficina com os alunos da escola



FONTE: Arquivo do Projeto de Intervenção: “ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, 2022



FONTE: Arquivo do Projeto de Intervenção: “ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, 2022

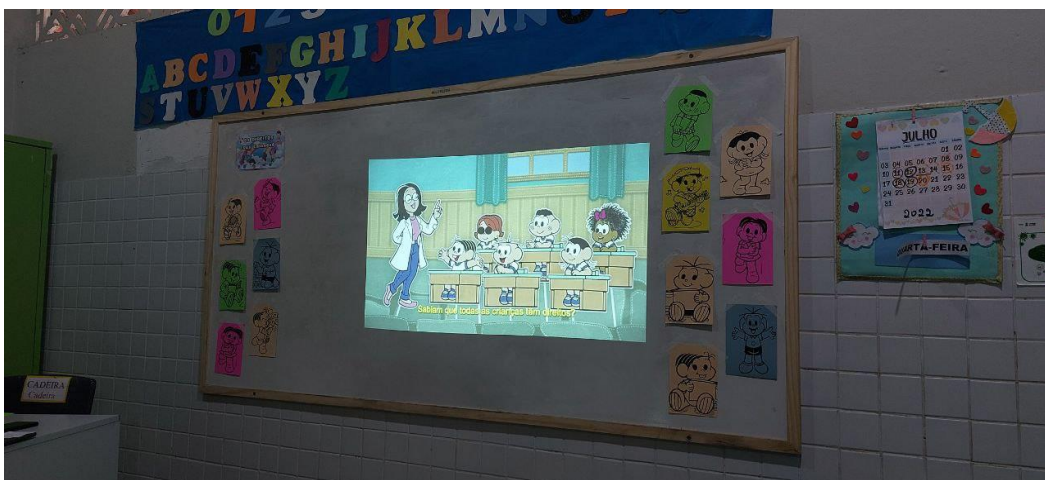
FOTO 6: Amostra de vídeo da turma da Mônica sobre o ECA



FONTE: Arquivo do Projeto de Intervenção: “ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, 2022

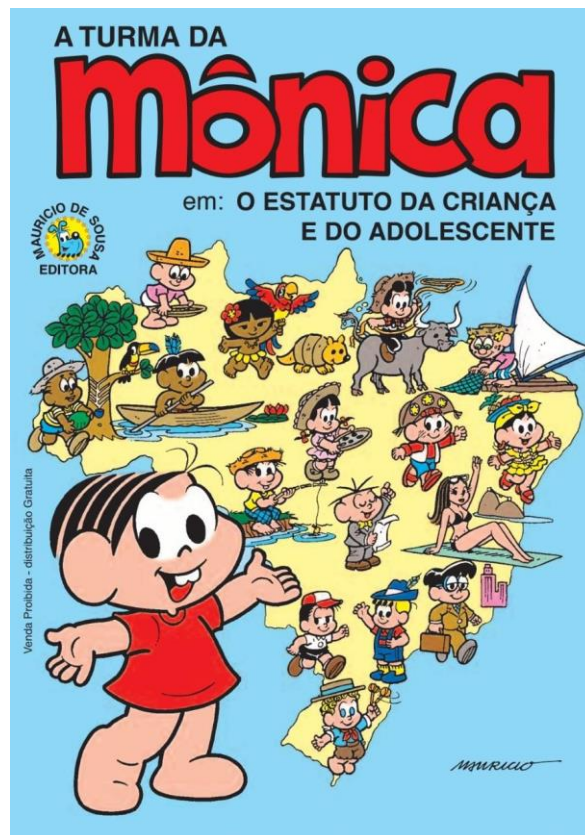


FONTE: Arquivo do Projeto de Intervenção: “ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, 2022



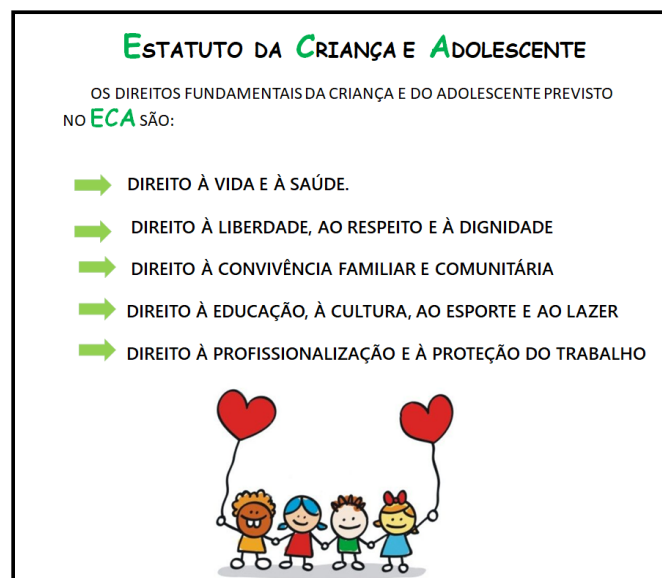
FONTE: Arquivo do Projeto de Intervenção: “ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, 2022

IMAGEM 1: Capa da Cartilha da Turma da Mônica entregue aos alunos no projeto de intervenção “O ECA na escola”



Fonte: BRASIL. Ministério Público Paraná. Criança e Adolescente. Cartilha A turma da Mônica em: O estatuto da criança e do adolescente. Produção Maurício de Souza

IMAGEM 2: Panfleto entregue aos alunos da Escola Municipal Cândido Alves sobre o ECA.



Fonte: Folder direitos e deveres das crianças/ atividade digital sobre o ECA/2022